SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

27/02/2015 - Sinttel-ES

Telemont/Oi altera escala e descumpre ACT

Numa atitude unilateral a Telemont, empresa que presta serviços para a Oi, no Espírito Santo, informou hoje para os trabalhadores que atuam na planta externa, da mudança da escala de trabalho que ocorrerá já a partir do próximo dia 02/03/2015.

Só que a Telemont está descumprindo uma clausula do Acordo Coletivo de Trabalho firmado com o Sinttel que garante aos trabalhadores pelo menos 2 sábados de folga, com a escala de trabalho chamada de "semana espanhola".

Todos foram pegos de surpresa, quando a empresa na manhã de hoje apresentou um termo aditivo ao contrato individual de trabalho para cada trabalhador para que eles assinassem concordando com a alteração.

Pela nova proposta a escala passa a ser de segunda-feira a sábado em horários diferentes sendo que de segunda a quinta de 08:30 às 17:30 com intervalo de 1:30 para refeição e nas sextas-feiras e no sábado a jornada será de 08:30 às 16:30, também com intervalo de 1:30 de intervalo para refeição, totalizando as 44 horas semanais.

O Sinttel-ES entrou em contato com os responsáveis pela empresa que informou que está cumprindo uma determinação da matriz em função de uma avaliação jurídica. Na nossa visão isto não procede posto que o Acordo Coletivo encontra-se homologado pelo Ministério do Trabalho, sem ressalva alguma e a escala denominada de "semana espanhola" encontra respaldo numa Orientação Jurisprudencial número 323 – OJ-323 – do TST, Tribunal Superior do Trabalho.

É um desrespeito com o Sindicato a atitude da Telemont. O Sinttel-ES nunca se furtou de negociar com a empresa os ajustes quando estes são necessários para atender a uma necessidade tanto da empresa como dos trabalhadores. Não seria agora que faríamos diferente. A Telemont agiu de forma irresponsável e com uma alegação completamente sem sentido.

Caso a Telemont mantenha esta decisão, o Sinttel-ES ajuizará uma ação na Justiça do Trabalho por descumprimento do Acordo Coletivo em vigor, visando garantir o que foi negociado em 2014 com a empresa.

A cláusula do Acordo Coletivo que trata desta da escala:

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – PRORROGAÇÃO/COMPENSAÇÃO DE JORNADA DE TRABALHO

A TELEMONT fica autorizada a celebrar com seus empregados, acordo de compensação de jornada, reduzindo ou eliminando jornada de um dia, com acréscimo nos demais dias da semana, observando o limite legal semanal de 44 (quarenta e quatro) horas, sem que isso importe em pagamento, pelos acréscimos, do adicional de horas extras.

§ Único – Fica autorizada a implantação da jornada de trabalho denominada "semana espanhola" dentro do modelo previsto na OJ-323 do Colendo Tribunal Superior do Trabalho – TST, onde a TELEMONT alternará a jornada de trabalho dos empregados, sendo 48 horas em uma semana e 40 horas normais na semana seguinte.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

02/03/2015 - Teletime

"Mesmos serviços, mesmas regras": a abordagem das teles para serviços de Internet

A pauta é a mesma, só mudou o contexto e a intensidade. Durante o Mobile World Congress (MWC), que acontece esta semana em Barcelona, o clamor das operadoras por uma regulação simétrica em relação aos prestadores de serviços over-the-top foi o tom dos discursos político-regulatórios. O contexto, com as regras estabelecidas pela FCC nos EUA e um novo Parlamento Europeu discutindo o assunto é que tornaram os posicionamentos mais duros.

O primeiro recado veio do presidente do grupo Telefônica, César Alierta: "Mesmos serviços, mesmas regras", definiu o executivo na primeira palestra do MWC de 2015. Além da questão competitiva entre telcos e empresas de internet e o conhecido discurso das necessidades de investimentos ("somos nós que fazemos o investimento nas redes", disse Alierta), o executivo da Telefônica colocou a questão da privacidade, que exige novas ferramentas e maior transparência por parte do usuário. "Precisamos assegurar a segurança nas aplicações, um ambiente em que as pessoas se sintam confiantes nos serviços", disse.

Competidores

O presidente da Deutsche Telekom foi ainda mais incisivo: "o Facebook é um serviço de comunicações? Sem dúvida é, mas não é regulado como tal", provocou Tim Höttges em seu discurso, referindo-se às mudanças nos modelos de negócio enfrentadas pelas operadoras de telecomunicações. "É difícil construir redes nesse ambiente regulatório pesado e somos canibalizados por serviços OTT que não pagam nada. Como competir com voz, SMS, serviços de vídeo que não custam nada?"

Para o presidente da operadora alemã, é esperado e desejável que reguladores e consumidores esperem mais investimentos e serviços melhores. "Temos sem dúvida que ser mais baratos e mais competitivos, mas competindo com o que é de graça é complicado. Como definir um modelo de negócio em que a interconexão é livre mas os serviços não compartilham os mesmos padrões?", provocou.

Höttges também foi mais diretor em relação ao que espera da regulação europeia de neutralidade de rede. "Todo mundo é a favor da neutralidade e das redes abertas. Mas precisamos assegurar qualidades de serviço diferenciadas e de uma legislação de proteção de dadas que garanta a segurança e a privacidade".

Para o presidente da Deutsche Telekom, as pessoas manifestam uma preocupação com a questão da privacidade que não se manifesta na prática. "Pergunte para qualquer pessoa se ela está preocupada e ela dirá que sim, e depois sai clicando em 'Concordo' em todos os termos de consentimento de uso que vê pela frente, sem ler. Precisamos de uma regra clara para isso". Ele também defendeu uma revisão na regulação de oferta de serviços no atacado, que seria uma forma de compensar as operadoras em relação aos investimentos para suportar os novos serviços.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

27/02/2015 - Telesíntese

"Existe uma tentativa de reescrever o Marco Civil", alerta Bechara

Conselheiro da Anatel participou de reunião aberta do CGI.br sobre a regulamentação da lei e destacou que texto delimita o que a regulamentação poderá abordar.

O conselheiro da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Marcelo Bechara, enxerga pressões para que a regulamentação do Marco Civil da Internet vá além do escopo possível de um decreto. Ele participou na manhã desta sexta-feira (27) de uma reunião aberta promovida pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), onde foram debatidas as contribuições à consulta pública finalizada na última semana.

"Existe uma tentativa de reescrever o Marco Civil", disse Bechara, concordando com Carlos Afonso, do Instituto Nupef, que pouco antes também destacou os limites da redação do decreto. O conselheiro da Anatel minimizou, no entanto, os efeitos dessa pressão. "Isso é normal. Sempre há tentativas de escrever algo que não está na lei. Mas, no caso da neutralidade da rede, o texto do Marco Civil já diz quais são as exceções que a Presidência poderá regulamentar em seu decreto", ressaltou.

Bechara lembrou ainda que a discussão sobre a neutralidade de rede no Brasil estaria muito focada em questões menos importantes, como a tarifação zero, ou o zero rating. "Infelizmente aqui estamos muito voltados para isso. Nos Estados Unidos, isto nem foi levantado", disse, lembrando a decisão de ontem da FCC, que retomou o poder de regular as empresas provedoras de acesso banda larga e determinar as regras para a neutralidade no país.

Por fim, o conselheiro pediu que a regulamentação leve em conta uma internet ainda desconhecida. "A grande preocupação é que não estrangule o desenvolvimento da internet. A definição de neutralidade e de guarda de logs deve refletir a internet não apenas de hoje, mas de amanhã, em que tudo será conectado", falou. Nas próximas semanas, avisou, a Anatel deve iniciar uma consulta pública própria sobre o tema.

Também participaram da reunião Virgílio Almeida (MCTI) , Flávia LeFévre (Proteste), Eduardo Parajo (Abranet), Henrique Faulhaber (TI Rio), Nivaldo Cleto (AARB), Thiago Tavares (Safernet), Eduardo Levy (SindiTelebrasil) e Percival Henriques (Anid).

Eduardo Parajo, representando provedores de acesso, foi pelo mesmo caminho de Bechara e Afonso. "Nossa preocupação é quanto ao excesso de detalhes colocados nesta regulamentação, que levariam a diversas interpretações. Com relação à neutralidade, o artigo 9º deixa claro que estamos tratando de exceções. Temos que tomar o cuidado com que tipo de exceção descreveremos para que não seja tudo incluído", disse.

Outros representantes do setor empresarial destacaram a preocupação com as definições com guarda de logs e prazos. "Precisamos definir qual a granularidade das pessoas jurídicas que serão incluídas nesta legislação", cobrou Faulhaber. Por sua vez, Cleto destacou a importância de a regulamentação não criar inseguranças jurídicas ao propor definições para termos já definidos legalmente. "A definição de grupo econômico, por exemplo, já está na Lei das SA, consolidada há 40 ou 50 anos", lembrou.

Thiago Tavares, representante do terceiro setor, defendeu que se acrescente na regulamentação a exigência de sincronizar os relógios dos servidores à hora legal do Brasil. "Já tivemos casos de investigações da PF com 60 alvos, em que 30 tinham os logs errados porque a sincronização da hora das operadoras estava errada", contou. E lembrou que já há resoluções do próprio CGI.br recomendando a adoção da mesma hora em todos os servidores que operam no país.

O representante da Anid, Percival Henriques, pediu que o debate abandonasse o uso de certos termos, que na sua visão são equivocados. "Dizer que é preciso evitar a discriminação de pacotes. Discriminar exige abrir, ou violaria a privacidade. A regulamentação deve permitir, porém, a mitigação de pacotes e redefinição de rotas", argumentou.

Virgilio Almeida, do MCTI, finalizou o debate lembrando que regulamentação não tem como alterar o espírito da lei, "que segue o decálogo de princípios para internet no país, do CGI". Ele retomou o pensamento de Bechara e destacou: "Não se deve reduzir a capacidade de inovação. Temos que pensar em preparação para o futuro", conclui. O CGI.br vai escrever, nas próximas semanas, o documento final com sua posição do que a regulamentação deve trazer. O documento será entregue ao Ministério Público e será usado como base quando a organização for consultada pela Presidência da República para redigir o texto final do decreto.

27/02/2015 - Telesíntese

Vivendi vai distribuir US$ 6,4 bi a seus acionistas

A empresa confirmou ainda que o board aprovou a venda do restante 20% das ações da operadora francesa Numericable-SFR para a Altice, por 3,9 bilhões de euros. A Altice comprou recentemente a PT Portugal

A francesa Vivendi, que vendeu a GVT para a Telefónica, pretende distribuir para seus acionistas US$ 6,4 bilhões ou 5,7 bilhões de euros, como resultado da venda de grande parte de seus ativos, no valor de US$ 30 bilhões.

A quantia será paga sob a forma de dividendos e recompra de ações em meados de 2017. Em comunicado divulgado hoje,26, a empresa confirmou ainda que o board aprovou a venda do restante 20% das ações da operadora de cabo e sem-fio francesa a Numericable-SFR para a Altice, por 3,9 bilhões de euros. A Altice acaba de comprar a PT Portugal da Oi.

A empresa continuará o seu foco em conteúdo, através do Universal Music Group e do Canal Plus.

27/02/2015 - CUT

TST condena HSBC em R$ 300 mil por dano moral coletivo

Banco foi acionado por consultar situação de candidatos a vagas de emprego no SPC e Serasa

O banco HSBC foi condenado pela Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST) em R$ 300 mil por dano moral coletivo. A empresa havia sido processada pelo Ministério Público do Trabalho no Paraná (MPT-PR) em 2008, por pesquisar dívidas de candidatos a vagas de emprego nos cadastros dos serviços de proteção ao crédito, como SPC e Serasa.

A decisão revoga acórdão do Tribunal Regional do Trabalho do estado (TRT-PR), que reconheceu a irregularidade, mas retirou a obrigação do pagamento de indenização, fixada pelo primeiro grau em R$ 500 mil. Para o TRT, o prejuízo moral dos candidatos não ficou comprovado.

O ministro José Roberto Freire Pimenta, relator do processo no TST, ressaltou que o dano moral, no caso, decorre da própria natureza da prática, que é ofensiva e conota discriminação. Ele também destacou a gravidade e a repercussão da lesão, a situação econômica do banco e a importância da penalidade para coibir reincidências.

Processo: RR-3990200-19.2008.5.09.0002

(Com informações do TST)

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

26/02/2015 - Portal Vermelho

Percentual de famílias inadimplentes cai para 17,5% em fevereiro

O percentual de famílias com contas ou dívidas em atraso ficou em 17,5% em fevereiro deste ano, taxa inferior aos 17,8% do mês anterior e aos 19,7% de fevereiro de 2014. O dado, da Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), foi divulgado nesta quinta-feira (26) pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

A pesquisa mostra que o tempo médio de demora para o pagamento das dívidas é 60,5 dias. Já o número de famílias com dívidas (não necessariamente em atraso) ficou em 57,8% em fevereiro, acima dos 57,5% de janeiro, mas abaixo dos 62,7% de fevereiro do ano passado. Do total das famílias, 9,7% se disseram muito endividadas, percentual abaixo do observado em fevereiro de 2014 (12,1%).

Entre as dívidas, a maior parte (70,9%) continua sendo com cartão de crédito. Outras fontes de dívidas são carnês (18%), financiamentos de carro (14,5%), créditos pessoais (9,2%) e financiamentos de casas (8%).

Outro dado mostrado pela pesquisa da CNC é que 6,4% das famílias não terão condições de pagar suas dívidas ou contas, o mesmo percentual de janeiro deste ano, mas acima do patamar de fevereiro de 2014 (5,9%).

26/02/2015 - Portal Vermelho

Governo Central registra superavit primário de R$ 10,4 bilhões

O Governo Central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) registrou em janeiro superavit primário de R$ 10,4 bilhões, segundo informou o Tesouro Nacional, nesta quinta-feira (26). Apesar disso, o valor é 20,2% inferior ao registrado no mesmo período de 2014 (R$ 13 bilhões).

Por conta da crise econômica, esse foi o menor resultado positivo para janeiro desde 2009. O Tesouro Nacional apresentou um superavit de R$ 16,197 bilhões. O INSS apresentou resultado negativo de R$ 5,651 bilhões e o Banco Central registrou déficit de R$ 140,5 milhões.

A queda de R$ 2,6 bilhões no resultado primário do Governo Central em janeiro é reflexo do decréscimo nas receitas líquidas e crescimento nas despesas totais, principalmente nos benefícios previdenciários, informou o Tesouro.

Destaca-se nas despesas do Tesouro Nacional o aumento de R$ 42,3 milhões (0,1%) em relação a janeiro de 2014, com o acréscimo de R$ 868 milhões (4,5%) para os gastos com pessoal e encargos sociais e diminuição de R$ 604,8 milhões (1,5%) nas despesas de custeio e capital.

O Tesouro informou que, nesse último item, a diminuição na comparação com janeiro de 2014 pode ser explicada pela queda de R$ 890,8 milhões (15,7%) nas despesas do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e de R$ 540,3 milhões em outras despesas de custeio e capital. Houve decréscimo de R$ 2,5 bilhões (34,5%) no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e incremento de R$ 561,3 milhões (81,5%) nas despesas relativas à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

O gasto com a folha salarial teve aumento de R$ 868 milhões (4,5%), passando de R$ 19,2 bilhões em janeiro de 2014 para R$ 20,1 bilhões em janeiro de 2015.

No caso da Previdência Social, na comparação com o mesmo período do ano passado, o déficit aumentou R$ 1,1 bilhão, influenciado pelas renúncias tributárias adotadas pelo governo para aquecer a economia, como a desoneração da folha de pagamento.